

Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

*Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto
nos dias 26 e 27 de Março de 2004*

PORTO-COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

TODAS AS MEMÓRIAS DE UM MUNDO SÃO ATEMPADAS – A DIVERSIDADE DE MEMÓRIAS RECONSTRUÍDAS INDIVIDUAL OU COLECTIVAMENTE SOBRE O MICROCOSMO DOS ESPAÇOS MINEIROS

por

Helena Alves*

*«La pensée doit jouer un rôle catastrophique,
être elle-même un élément de catastrophe, de provocation,
dans un monde qui veut absolument tout épurer, exterminer
la mort, la négativité. Mais elle doit en même temps demeurer
humaniste, soucieuse de l'humain et de l'inhumain»*

J. Baudrillard
Mots de passe

Resumo: Reconhecido o valor dos vestígios materiais do sistema mineiro enquanto bens patrimoniais, importa reflectir sobre a abrangência dos traços culturais passíveis de serem preservados e que representem a(s) história(s) e memória(s) inscritas nas ruínas do espaço presente, decodificadas para o tempo histórico através da investigação documental e memórias narrativas dos actores sociais, guardadas em registos museológicos. A história local preservada para as gerações futuras cumpre, no momento, o seu objectivo de lembrança e garante do passado para as gerações presentes.

Palavras-chave: geosistema activo; Património material/imaterial; memória social e de grupo multifacetada.

Abstract: The mine system being a built Heritage is to be studied and preserved and its ruins inscribed in the present space/landscape considered as cultural traces representing history and memories. Historical time is therefore decoded *in situ* by Museum archives and exhibits produced) by academic research including narratives of social actors. Local Heritage kept for future generations is also the reassurance reminder for the living communities of their real past.

Key-words: changing Geosystem; Tangible/non-tangible Heritage; multishaped social/group recollections.

* E-mail: helenalves@mail.telepac.pt

INTRODUÇÃO

A presente comunicação propõe uma reflexão sobre alguns conceitos presentes na preservação, valorização e musealização de sítios mineiros – dos subjacentes à valorização integrada na lista de Património Mundial à valorização/ percepção tida pelas comunidades mineiras, nomeadamente as nacionais, onde este Património está pouco valorizado e as recentes tentativas para o preservar se mostram tímidas.

Mas será o mundo mineiro um lugar patrimonial? Um lugar cultural distinto? Um geosistema vivo? Pode a preservação dessa cultura inscrever-se no desaparecimento do mundo operário clássico e dirigir-se às novas gerações? Que memórias, histórias ou mitos inscrever no espaço musealizado; qual o peso a dar às memórias de cada classe social? – manter a vertigem mediática das grandes catástrofes, sobretudo características das minas de carvão? Evidenciar as grandes lutas grevistas?; cristalizar um tempo atemporal, amálgama de ruínas de edifícios existentes, ou inscrever tempos diacrónicos através de uma exposição de artefactos descontextualizados?

E se o tempo não existe sem espaço, como conciliar a preservação do espaço de trabalho minero-metalúrgico na sua paisagem contextual intrínseca, evolutiva, com a necessidade ecológica de “varrer da vista” os problemas ambientais, mesmo que seja apenas à superfície? Porque, na realidade, os lugares de mineração centenários, quasi milenários, inscrevem ainda marcas profundas do Homem Técnico que delapida os Georecursos, as matérias-primas sob as quais assentam as fundações das chamadas Grandes Civilizações e Culturas mundiais. A legislação actual exige o cumprimento de regras ambientais e salvaguarda dos ecossistemas no espaço de implantação dos novos complexos extractivos. Mas até há pouco tempo, as gemas e os metais – nobres (de utilização milenar) e outros (com aplicação mais ou menos recente ao serviço do desenvolvimento técnico e industrial) – eram obtidos abrindo feridas a grande profundidade, sem qualquer preocupação em minorar as consequências nocivas, eventualmente irreparáveis ao nível, por exemplo, da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e dos próprios solos. Esta mesma paisagem desoladora encerra, geralmente, traços diacrónicos da vida e tecnologia mineira em estratos arqueológicos que permanecem, salvo raras excepções, intocados.

Hoje, como construir um futuro sustentável com a insustentável herança deste mundo?

O mundo mineiro – Um Geosistema activo, uma Paisagem Cultural

A actividade extractiva é necessariamente implantada nos lugares onde se manifestam as matérias-primas que, em cada momento, são consideradas de valor econó-

mico útil para a sociedade em questão. As grandes unidades extractivas, nomeadamente as correspondentes à mineração de metais raros e nobres, têm constituído pólos de atracção que, de uma forma espontânea ou organizada, dão lugar a núcleos urbanos com a sua envolvente rural, variedade de profissões e actividades dependentes da actividade da mina e necessidades dos seus trabalhadores e familiares. Conquanto semelhantes em funções e técnicas utilizadas, os povoados e as próprias zonas de trabalho diferem consoante o tempo histórico e a zona cultural em que se inserem. Estes vectores da temporalidade e do espaço, juntos com as variantes ou tendências culturais locais (considerando o acto técnico como um facto social total), determinam a diferenciação de alguns traços culturais distintivos destas comunidades mineiras.

Todas as comunidades contam a *estória* mítica fundadora da descoberta do jazigo, com ela firmando a importância histórica única e a tradição identitária do local.

O isolamento geográfico dos povoados, marcante até meados/finais do século XX, bem como as condições de trabalho colectivo em ambiente subterrâneo, têm sido considerados dos vectores mais importantes na produção da identidade sócio-profissional. Outro vector a considerar para a construção identitária de grupo face à identidade e cultura nacional, é a importância sócio-económica atribuída à actividade mineira e, consequentemente, ao lugar que o grupo ocupa na hierarquia social, a representação que a comunidade faz do grupo e que o grupo faz de si. A partir do tempo das Revoluções Industriais, e consoante as características político-sociais de cada país, a par dos traços culturais locais, juntam-se outros traços, difundidos mundialmente, implantados enquanto “tradição mineira” ancestral; o elemento mais conhecido e divulgado é a introdução de uma Santa Padroeira dos mineiros, herança da cristandade e hegemonia da cultura técnico-económica europeia, que concorre contra as tradições da cultura religiosa locais.

A actividade extractiva conta-se entre uma das mais modificadoras do meio natural em que se insere. A alteração topológica, exigida pela implementação de estruturas como barragens de água ou o aplanar de terrenos, é intensificada pela construção das estruturas mineiras, tradicionalmente características, com impacte tanto em altura como no espaço exigido para as várias fases da actividade. A constante interacção entre os sistemas bio-físico e sócio-económico deste espaço natural e transformado pela actividade humana perfazem, tanto na sua estrutura como no seu funcionamento, um ecossistema, naturalmente com um espaço transformado em paisagem pelo mesmo binómio criativo Natureza/acção humana. A própria evolução dos conceitos encerra, a partir dos anos de 1980, a alteridade da(s) percepção(ões) dos sujeitos face a um sistema em devir constante.

A apreciação feita ao ecossistema mineiro – paisagem, cultura – sempre diferiu consoante a temporalidade de observação, tanto por parte do sujeito individual ou colectivo externo como do sujeito individual e dos grupos sócio-profissionais intervenientes.

As vertentes identitárias da arqueologia e da paisagem na criação do Património Identitário local

a) Os vestígios arqueológicos enquanto Património

O ecossistema mineiro em actividade é sentido e perspectivado, pela comunidade, como inerente ao trabalho a desenvolver, gerador do salário e modo de vida; tem, portanto, um valor utilitário, com custos paisagísticos e ambientais que ficam em segundo plano. Para a(s) comunidade(s) exterior(es), alígena(s), o empreendimento mineiro é sentido como um mal necessário ao desenvolvimento económico e civilizacional, sem valor paisagístico ou cultural/patrimonial.

Esta perspectiva, no entanto, é alterada consoante a temporalidade da inscrição no espaço – quanto mais antiga – em ruínas – mais o interesse despertado. Com uma pequena *nuança*: as ruínas das antigas civilizações clássicas europeias – com destaque para a romana e grega – tornam-se mais interessantes para a população em geral. O desinteresse aumenta com a proximidade do tempo actual, com uma outra *nuança*: o interesse arquitectónico. Ambas vertentes estão em sintonia com o conceito de Património e Monumento Histórico comumente difundido.

Diferentes perspectivas expressam, igualmente, a diferença valorativa da cultura escolar, consoante os grupos sócio-profissionais, o apego afectivo ao meio e a representação/valorização profissional que cada grupo faz de si. O poder de atracção da ruína clássica tem um maior impacte junto dos grupos sócio-profissionais mais escolarizados. Para os menos escolarizados, o “antigo” tem uma conotação de tempo mítico não cronológico (contado a partir da memória das gerações mais velhas), apenas valorizado consoante a monumentalidade da ruína, de acordo com o padrão dado a privilegiar pela sociedade global.

A importância dada às ruínas e artefactos encontrados que atestam uma actividade de culturas/grupos culturais históricos é, naturalmente, atribuída por indivíduos escolarizados com interesse pelo passado. Tanto em oitocentos como em novecentos, alguns Engenheiros de Minas, sós ou apelando à colaboração de arqueólogos e etnólogos, têm-se distinguido na preservação e estudo dos achados arqueológicos em lugares mineiros. Apesar de todos concordarem na excelência de alguns vestígios, poucos concordavam com a sua preservação, em nome do desenvolvimento industrial e económico do país. A ligação afectiva e efectiva com o local e o grau de participação/identificação com os traços culturais locais são menores, pois a progressão profissional implicava deslocação pelos empreendimentos mineiros.

Para a História da Arqueologia, ficam alguns nomes. A nível internacional, os irmãos Siret, igualmente Engenheiros de Minas, ao serviço de uma empresa belga sediada no sul de Espanha, são um exemplo de dedicação e inovação do trabalho e conhecimento arqueológico. Em território nacional destaca-se o nome do Engenheiro

Freire de Andrade, grande incentivador do estudo e preservação dos achados em Aljustrel, com a criação de um pequeno Museu de Empresa, cujas peças estão actualmente cedidas ao Museu Municipal. Ao seu apelo chegaram Abel Viana, Veiga de Oliveira, que com ele colaboraram nas campanhas arqueológicas e divulgação do espólio encontrado. Ainda no seu tempo chegou, pela 1ª vez, Claude Domergue, entusiasticamente recebido. Apesar da preferência pela arqueologia romana, Freire de Andrade reconheceu a importância da história próxima mas praticamente desconhecida da actividade mineira oitocentista, publicando um artigo contextualizando os primeiros mapas conhecidos e a história local.

Para além da curiosidade que os artefactos despertam na população local, estes são integrados na valorização identitária colectiva enquanto valor cultural reconhecido pelos “outros”.

b) A Paisagem – do espaço vivido à sua percepção enquanto Património a salvaguardar

Para os grupos sócio-profissionais ligados ao meio, i.e., a pertença efectiva e afectiva é perspectivada de uma forma mais próxima. O espaço de trabalho e de habitação é visto, sentido e vivido simultaneamente, como parte do meio natural, meio humano histórico e cultural, território vivido e lugar de criação estética e simbólica. A experiência do vivido relaciona-se com a percepção visual, dos sentidos e da mobilidade, individual e de grupo. A experiência do vivido é traduzida na materialidade articulada dos factos técnicos, profissionais e domésticos, que só encontram a sua total tradução do significado nas práticas imateriais subjacentes e inerentes à cultural material – o facto social total.

A afectividade pela “sua paisagem” é um constituinte da identidade individual e colectiva, onde se representa a origem. A percepção da paisagem enquanto paisagem cultural e identitária faz-se à medida do distanciamento espaço-temporal do sujeito, ou quando esta é ameaçada de destruição. Surge assim na comunidade a consciência de Património a preservar, ao mesmo tempo que esta valoriza os traços culturais considerados tradicionais e locais, fazendo corresponder um passado cristalizado e idealizado a uma “Idade de Ouro” da comunidade – um tempo irremediavelmente perdido.

c) Alguns casos de estudo exemplificam as premissas.

Na Panasqueira (Fundão/Covilhã), empreendimento ainda activo, onde existem vários núcleos habitacionais, o sentimento de pertença e identidade sócio-profissional divide-se pelos povoados, distinguindo trabalho à superfície de trabalho subterrâneo – o verdadeiramente mineiro. A comunidade de São Jorge da Beira contabiliza a maioria dos trabalhadores subterrâneos com tradições familiares e endogâmicas que reforçam o sentimento de comunidade, tanto no local de trabalho como na vida social; e reclama

para a sua identidade local os traços identitários do trabalho mineiro mais duro e perigoso, sublinhando a sua individualidade identitária com o culto ao patrono local, São Jorge, e não Sta Bárbara, venerada nas igrejas dos outros pólos. No seu discurso identitário, incorporam ainda traços de corte com os outros núcleos mineiros e respectivo legado, nomeadamente através da morfologia espacial investida de traços simbólicos: segundo as suas narrativas, a estátua do Cristo Operário abraça, geográfica e simbolicamente, as vilas da Barroca (sede da Empresa e núcleo habitacional dos quadros superiores) e (mais distante) da Panasqueira, mas de costas para São Jorge da Beira.

Em Aljustrel (Baixo Alentejo), com os trabalhos suspensos em 1993, a população mineira representava/via a paisagem mineira como uma componente identitária do trabalho, mas com pouco significado patrimonial. Em 1996, quando a esperança de retoma da extracção era grande, a musealização e tratamento arquivístico de parte dos edifícios industriais era sentida como uma ameaça à retoma da actividade. Como Monumentos, identificavam-se as Igrejas e ruínas do Castelo; as edificações industriais ficavam de fora, com a excepção dos vestígios romanos inscritos na paisagem e os artefactos guardados no Museu, pouco conhecidos.

Do sincretismo entre a cultura regional e local, manteve-se a tradição do cante alentejano, adaptado ao grupo de mineiros. E, há alguns anos, retomou-se a tradição de fazer a procissão no dia de Sta Bárbara (4 de Dezembro), passando pelos bairros mineiros.

A grande alteração no que concerne à identificação, por parte da população, de edificações industriais enquanto Património Industrial a preservar, dá-se no Inverno de 2000, com o colapso parcial de uma Chaminé, chamada da Transtagana, considerada antiga mas sem referências históricas cronológicas ou sobre a sua função. Alguma população manifestou-se, então, a favor de uma acção de protecção à ruína e da própria reconstrução.

Apesar da inauguração da Exposição comemorativa dos 2000 anos de mineração em Aljustrel tenha tido grande adesão e tenha contribuído para reforçar a consciência da importância da cultura mineira local, incluindo os saber-fazer profissionais, apesar do fortalecimento da identidade colectiva, o reconhecimento da paisagem e edifícios industriais recentes enquanto Património é ainda volátil.

O reconhecimento da paisagem mineira como Património identitário está em vias de se fortalecer no seio da população mineira, à medida que a intervenção prevista para a recuperação ambiental propõe a remoção dos escoriais datados do período romano para outra zona igualmente preenchida por espaços de tratamento do minério contemporâneo, com revestimento de terraplanagem relvada e arborização da zona com espécies indígenas e de outras regiões. Preservar a paisagem de trabalho mineiro, que sempre viram e onde sempre viveram torna-se quase um traço actual para a manutenção das suas raízes culturais identitárias.

Na Mina de São Domingos (Baixo Alentejo), desactivada desde finais dos anos de 1960, as ruínas do complexo minero-metalúrgico, com a sua extensão até ao Pomarão, nas margens do Guadiana, eram, já nos anos '80, objecto de romaria dos anciãos (velhos actores sociais do processo), que explicavam a funcionalidade de cada edificação a par de estórias pessoais de juventude à família, em tempo de férias. Pelo menos desde essa altura, a forte cultura identitária mineira era indissociável da paisagem construída, em ruínas. A paisagem era vista, apercebida e relatada enquanto paisagem cultural, tanto quanto as edificações industriais eram valorizadas como monumentos. O apego afectivo aos variados traços identitários, nomeadamente através da multiplicação de grupos de cante, foram-se fortalecendo ao longo dos anos, à medida que se prolongava o diferendo com a actual proprietária dos terrenos sobre a venda das habitações e respectivos preços. A mobilização da população dos povoados interligados e mesmo de antigos habitantes radicados em Sacavém (reunidos na Liga dos Amigos da Mina de S. Domingos) e outros imigrantes pode ter origem na forma como a desafecção do empreendimento foi efectuada, com a erradicação de toda a mão-de-obra em idade activa para outros empreendimentos mineiros, indústrias afins e grupos de imigração solicitados por outros países, desde a Bélgica e passando pelo Canadá. A tradição de resistência política e o sentimento de exílio compulsivo ainda presente nas gerações mais velhas estará entre os vectores da forte consciência de identidade individual, de grupo e colectiva entre os antigos mineiros e suas famílias, ainda presente na forma como a população residente e ausente acorreu em massa à inauguração da Exposição comemorativa dos 150 anos da mina. A paisagem natural e cultural, a tradição local, os saber-fazer operários, a consciência interiorizada da importância histórica do empreendimento, são vectores muito fortes na construção da identidade individual, colectiva e local, que valoriza paisagem e monumentos industriais enquanto o seu Património. Todo o espaço do complexo industrial é visto e narrado enquanto palco de um tempo de ouro vivido pela população enquanto o empreendimento estava activo e que engloba as boas e más memórias de tempos difíceis.

Estes três exemplos contam com projectos de protecção Patrimonial, incluindo fases de musealização e de recuperação ambiental, que contam com o apoio das respectivas Câmaras Municipais e Empresas Mineiras.

Independentemente dos projectos específicos, o interesse na apresentação dos projectos corresponde ao desejo das populações de valorizar o seu passado e traços culturais como integrantes do Património local, componente reestruturante da identidade colectiva. Face às alterações e incertezas do mundo mineiro clássico, tal como do mundo actual, em geral, a identidade colectiva e cultural expressas materialmente na paisagem e nos edifícios, de certa forma sublima e exorciza os receios de um futuro inseguro através da sua exaltação como lugares de memória, do culto pelo Património local.

O novo empreendimento mineiro de Neves-Corvo (Baixo Alentejo) distingue-se destes exemplos de explorações mineiras da Era Clássica Industrial pela modernidade e inovação do projecto. Este inclui já, de acordo com as normas legais, um fundo para o encerramento da mina, com a reposição do ecossistema pré-existente. A sua identidade, em construção, assimila, logo desde o início (1983), a diferença face aos projectos clássicos e a beleza estilizada do malacate (cavelete), impregnada de simbologia de modernidade, valor arquitectónico e confiança num futuro de longevidade e abundância.

Face à realidade da nossa industrialização incipiente e com uma má imagem arquitectónica, a população em geral mantém-se fiel ao culto da paisagem idílica de um mundo rural “tradicional” ameaçado de extinção desde meados do século XX e preservado em bolsas atemporais de paisagens e povoados que mais se assemelham a um arquétipo transformado em protótipo. O Património Industrial mantém-se alheado, desprovido de valor, não apenas por estar associado à decadência económica do país, aos problemas ambientais, mas também por serem raríssimos os edifícios industriais providos de interesse arquitectural. Tanto na Paisagem como no Monumento, o Património industrial português contraria os preceitos clássicos diariamente promovidos e exibidos.

Para a consolidação dos vestígios mineiros enquanto objecto de interesse Arqueológico e Patrimonial

Os conceitos académicos que estão na base das disciplinas e suas definições evoluem de forma cada vez mais abrangente e interdisciplinar, integrando a subjectividade do sujeito enquanto actor e intérprete de um dado contexto. Assim se tratou a evolução do conceito de Geosistema. Tal como na Filosofia, as disciplinas preocupam-se mais com o explicar o “porquê de” do que em definir a questão em si. Nos assuntos em questão, as abordagens académicas não se quedam na interpretação dos objectos de estudo – as paisagens, os monumentos, mas tentam compreender as representações identitárias paisagísticas e patrimoniais: a selecção no tempo; o monumento histórico testemunho da passagem de gerações, o universo das competências do saber-fazer tradicional, os factos que perfazem a cultura local nas suas distintas vertentes.

A institucionalização destas mudanças é visível no enunciado do valor patrimonial de interesse local, regional, nacional e internacional. E na evolução da lista de Convenções da Unesco, do primado da Obra prima universal para a diversidade da cultura imaterial reconhecida pelas comunidades, grupos e mesmo indivíduos, em vias de extinção (convenção sobre o Património Cultural Imaterial/Intangível, aprovada a 17 de Outubro de 2003); esta propõe substituir a Convenção vigente sobre as Obras-Primas do Património Oral e Imaterial, de aplicação restritiva a culturas diferentes mas com carácter actualmente erudito.

O Património Cultural mineiro está representado na lista mundial desde o seu início, em 1978, com a inclusão do espaço superficial e subterrâneo das Minas de Sal de Wieliczka (Polónia), considerado Obra Prima única de arquitectura, com a estatuária esculpida em sal ao longo de quase um milénio e vestígios de maquinaria/técnica de ponta em tempo coevo.

Outros lugares e/ou edifícios industriais foram incluídos na lista ao longo dos subsequentes anos, com inclusão de referências a sítios ou edifícios mineiros, com valor arquitectónico, geralmente relacionados com a extracção de gemas (diamantes) e minérios metálicos nobres – de ouro e prata. Alguns destes edifícios foram posteriormente alargados com o Património natural e cultural envolvente, mas restrito a edifícios ou centros urbanos com interesse paisagístico arquitectural. Todos os edifícios e lugares arrolados situam-se na Europa e América latina, estes relacionados com a exploração colonial dos diamantes, prata e ouro (Brasil, Bolívia e México). Em casos excepcionais, como a mina de Potosí, na Bolívia, o conjunto Patrimonial engloba as tradições e manifestações artísticas, com a sua componente de cultura oral/imaterial.

O quadro diacrónico das manifestações da actividade mineira alarga-se, por um lado, aos sítios arqueológicos, com a inclusão da Paisagem Cultural de Hallstatt, na Áustria, ligada à extracção de sal e à Paisagem cultural de Las Medulas, Espanha, do período romano e anterior (1997); e, em 2000, a pederneira neolítica de Spiennes, na Bélgica (produção de artefactos de sílex). O interesse na preservação de sítios Patrimoniais e Arqueológicos de um passado recente, da Revolução Industrial, é patente pela inclusão de dois complexos industriais de extracção de carvão (relacionada com a indústria metalúrgica em grande escala), em 2000 e 2001, respectivamente a Paisagem industrial de Blaenavon (Gales) e o complexo industrial do Zollverein (Alemanha).

Os exemplos citados são dados a título meramente exemplificativo e não esgotam o arrolamento de sítios mineiros, ainda menos de sítios industriais. A par da listagem do Património Mundial, muitos outros sítios estão já arrolados como Património de interesse nacional ou local. Apesar da legislação existir igualmente em Portugal, as tentativas são tímidas – o caso primeiro de S. Domingos, iniciado há mais de 15 anos ainda não obteve resposta – e Aljustrel está em fase de preparação do dossier. Na ausência objectiva (reforçada pela comparação com casos internacionais) de edifícios e monumentos com excepcional interesse arquitectónico, os parâmetros a definir para a conservação e preservação destes sítios ou de partes dos sítios assentam, fundamentalmente, nos vestígios históricos diacrónicos, na importância local como pólo de desenvolvimento económico e gerador de uma identidade e cultura específica. A salvaguarda da memória futura será enriquecida com os vestígios de um passado longínquo, mas também com os testemunhos gravados nos suportes tecnológicos actuais de um passado recente, do qual há, ainda, uma memória viva, capaz de transmitir os

gestos, os saberes do ofício, da vida diária e familiar, das festividades e outras memórias, associadas ao vestígio material, ou não. Sobretudo, é ainda possível preservar a memória do mundo subterrâneo, um mundo que rapidamente desaparece, na sua forma clássica de trabalho mineiro, ainda semi-braçal, onde se forja a forte e mítica solidariedade identitária de grupo sócio-profissional.

Conclusão

A preservação do património mineiro já é uma realidade em algumas localidades, em fases diferentes, com a participação activa das respectivas autarquias e empresas detentoras das minas.

A par do reconhecimento da importância histórica e patrimonial para as comunidades e respectiva necessidade de preservar o património construído e as tradições que acompanham e caracterizam traços da cultura mineira, os projectos propõem a musealização de alguns sítios e, simultaneamente, revitalizar cada local com actividades lúdicas e reconversão económica (tendo em conta as competências das populações locais), capazes de manter a economia local e o projecto de musealização numa base de economia sustentável e viável.

A par deste esforço, o governo lançou, através das instituições competentes, um programa de recuperação ambiental das minas abandonadas, que arrancou na Mina de Jales em 2002 e avança para a região das minas de urânio das Beiras e das pirites alentejanas. Esta intervenção enquadra-se na lei do ambiente (lei nº 11/87). De acordo com o protocolo assinado (D.L. nº 198 A/2001), lançou-se um programa de caracterização geral do sítio englobando os sistemas ecológicos em causa e as envolventes sócio-económica e cultural, designadamente a componente arqueológica, quando exista. A formulação da Lei do Património permite a integração plena da herança cultural das Ciências da Terra e das Ciências Sociais e Humanas, numa convergência de estudos e projectos de interdisciplinaridade transversal. Apesar da legislação o prever, a realidade mostra a ausência de diálogo entre as várias instituições envolvidas (não apenas as implícitas aqui), nomeadamente quando se trata de Património Industrial. Simultaneamente, a ambivalência das perspectivas que tanto a população local como os dirigentes autárquicos têm sobre a sua importância de preservação, quando está em causa a recuperação ambiental, dificulta a tomada de posições claras sobre como e o quê proteger na Paisagem mineira. No país, a fraquíssima consciência de cidadania e de direito de intervir nas decisões locais anula a existência de grupos de debate e pressão, na maioria dos casos de salvaguarda do Património.

Mas a questão é premente – conservar o quê e em que casos?

A nível mundial, as soluções são várias, mas dividem-se em dois grandes blocos:

entre a salvaguarda de parte da paisagem mineira, com os impactes ambientais visíveis, mas minorados através da intervenção técnica; ou tentar reconstruir o ecossistema pré-existente, com o desaparecimento das estruturas mineiras. Os exemplos multiplicam-se, a favor e contra ambas as teses.

Esta última solução parece ser viável e, no momento presente, a melhor para as minas a céu aberto e os empreendimentos futuros, com uma implantação aproveitando os núcleos urbanos pré-existent, assim minimizando os impactes sociais negativos da recolocação da mão-de-obra aquando do encerramento da exploração que, graças à nova tecnologia, extrai o minério em poucas décadas. Ao contrário, esta solução parece padecer de um tecnicismo simplista quando aplicada aos grandes e centenários complexos minero-metalúrgicos que implementavam um sistema praticamente autónomo, incluindo o estabelecimento de uma povoação principal e outras secundárias. Há, nestes casos, uma memória profunda ligada à própria paisagem e o orgulho daquela herança.

O nosso Património mineiro é variado e permite reconstruir/ver o funcionamento dos vários tempos técnicos oitocentistas e novecentistas – nomeadamente coevos da “febre do volfrâmio”- em ambientes geológicos variados, com as técnicas de exploração coevas e adequadas. Se, actualmente, uma tendência arqueológica é contextualizar e recriar os vestígios, porque não aplicar os mesmos parâmetros aos vestígios arqueológicos industriais? Naturalmente, um dos primeiros entraves encontra-se nos custos de recuperação, transformação e manutenção. Para além de um Plano integrado, é preciso criar a viabilidade económica do projecto.

É importante preservar a paisagem e cultura mineira para memória futura?

Tal como acontece em todos os Museus e Monumentos, quando comparados a uma escala internacional, é possível encontrar semelhanças; mas o que torna esse sítio ou edifício apetecível de visitar é dado por aquilo que lhe é único e marca a sua identidade. A alteridade sentida pelos forasteiros é o sentimento de pertença da comunidade, que descodifica o que é mostrado.

Durante as visitas aos lugares mineiros ou acompanhando a inauguração das exposições, o sentimento de pertença à comunidade é percebido através da descodificação e identificação com o que é mostrado/visto; é particularmente explícito na forma como a população local se demorava frente a cada fotografia e comentava longamente o assunto, puxando pequenas estórias pessoais, de sociabilidade; ou na forma como os objectos expostos eram ainda mais contextualizados por outras explicações de antigos mineiros, que acompanhavam, com o gesto, a palavra. Porque a memória e a escolha dos tempos e espaços vividos difere consoante o universo feminino e masculino do trabalho e tarefas.

Cada geração presente recordava momentos distintos da passagem das imagens diacrónicas, validando as suas memórias com momentos da sua vida pessoal e familiar.

Porque o tempo vivido tem duas vertentes inseparáveis, o passado e o presente. Ouvir e ver estes relatos era ter à disposição mais material para reconstruir pedaços da história local, cronologicamente dispersos mas interagindo nos seus significados para os actores sociais que o viveram; eram, no fundo, pedaços para a compreensão do facto social total. Porque nestes momentos de cruzamento de gerações, o passado estático dá lugar ao devir do tempo através da memória pessoal.

Estes museus locais, guardiães da memória futura, tornam-se ainda reparadores/reestruturantes da identidade presente, individual ou colectiva, num momento em que esta cultura se extingue, com o desaparecimento da actividade no último quartel do século XX. A proliferação de Museus mineiros na Europa, em particular no Reino Unido, Bélgica, França e Alemanha está directamente ligado ao encerramento compulsivo das minas de carvão e à falta de perspectivas da população mineira desempregada. Um excelente documentário romanceado desta situação é o filme britânico “Brassed off”.

Ora estes relatos, conversas a partir de uma imagem, histórias de vida, explicações e exemplificações técnicas feitas *in situ* e em tempo real deveriam ser gravados nos novos suportes, com particular importância para o registo da imagem em movimento no que respeita à actividade e saberes técnicos eficazes. A visão e audição permitem compreender e descodificar o papel dos sentidos, do ritmo corporal e coordenação do grupo para a perfeita execução de um passo do processo. Juntamente com a documentação escrita e outra iconográfica – enfim, o possível face à falta de informação sobre os processos técnicos devido ao desinteresse dos média e de manutenção de arquivos de Empresa. Empresa constituída por Homens que tem uma história de grupo que faz parte da história local. A mina, enquanto microcosmos, encerra uma proliferação de memórias históricas e de grupo que ajudam a perceber os vários discursos elaborados sobre o mesmo acontecimento e as posições dos grupos tão frequentemente em oposição, com os distintos factores de identidade sócio-profissional.

O arquivo histórico mais completo, variado e com uma informação multifacetada ajuda a colmatar as falhas de preservação dos documentos do passado próximo e permite refazer e reviver os tempos do passado geracional contextualizando as ruínas e pedaços de História amalgamadas num espaço aparentemente atemporal.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, HELENA (1995). «Construire et Reconstruire l'espace- le cas du village Mina de S. Domingos», *Archéologie Industrielle en France* (nº 26, Julho), p. 22-32.
- ALVES, HELENA (1996). «Sobre a Arte e o Engenho de Mineração em Portugal» *Mineração no Baixo Alentejo*, ed. C.M. Castro Verde, p. 130-143.
- ALVES, HELENA (1997). *Mina de S. Domingos: Génese, Formação Social e Identidade Mineira*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

- ALVES, HELENA (1997-b). «Mina de S.Domingos: Um caso de Tipologia Industrial Mineira», *Arquivo de Beja*, vols II/III- série III, Beja, p. 5-17.
- ALVES, HELENA (1998). «A Mina de Neves-Corvo: Uma nova Tipologia Mineira?», *Arquivo de Beja*, vol.IX – série III, Beja, p. 15-33.
- ALVES, HELENA (1999). «As Minas do Cercal», *Actas do Simposio sobre “Património Geológico Y Minero”*, I Tomo, Belmez, p. 119-122.
- ALVES, HELENA (1999). «Mina de S.Domingos entre o Património construído e projectos de musealização», *Actas do Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras*”, Lisboa, IGM, p. 49-56.
- ALVES, HELENA (2000). «Um caso de Arqueologia Espacial: a paisagem mineira oitocentista construída e projectada através da rede de Caminhos de Ferro na Faixa Piritosa Ibérica», *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8º vol. Vila Real/Porto, Adecap, p. 309-322.
- ALVES, HELENA (2000). «Mina de S. Domingos: um caso de Património Industrial ameaçado e abandonado», *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8º vol., Vila Real/Porto, Adecap, p. 337-349.
- ALVES, HELENA (2000). «Minas de Aljustrel: do Património Clássico estudado ao Património Industrial abandonado», *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8º vol., Vila Real/Porto, Adecap, p. 383-398.
- ALVES, HELENA (2000). «Minas da Panasqueira: uma introdução à Arqueologia da Paisagem mineira: da superfície ao trabalho subterrâneo», *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8º vol., Vila Real/Porto, Adecap, p. 421-438.
- ALVES, HELENA (2002). «O acervo museológico do Departamento de Exploração de Minas e Georecursos do Instituto Superior Técnico: contributo para a compreensão e interpretação do Património Mineiro», *Actas do Congresso Internacional sobre Património geológico e Mineiro*, Lisboa: IGM/SEDPGYM, p. 385-390.
- ALVES, HELENA (2002). «Notas Históricas e Arqueológicas sobre o Património Industrial das Minas de Aljustrel e S. Domingos», *Mineração no Baixo Alentejo*, II vol. Castro Verde: C.M. Castro Verde, p. 123-155.
- ALVES, HELENA (2002). «The Panasqueira Mines: A case study on the social and labour organisation of an extractive industry during the 20th century», *Metals and Society, Bar- British Archaeological Review*, Int.series, 1061, p. 61-75.
- ALVES, HELENA (2002). «O Património Industrial de Aljustrel, uma vila Mineira», *Gijón, Ábaco*, 2ª ep., nº 34, p. 61-68.
- ALVES, HELENA E MARTINS, ARTUR (no prelo) (2005). *Aljustrel – um olhar sobre as minas e as gentes do século XX*, Aljustrel, Museu/CMA.
- AMIROU, RACHID (2000). *Imaginaire du Tourisme Culturel*, Paris, PUF.
- AUGÉ, MARC (2003). *Le Temps en ruines*, Paris, Galilée.
- BALLART, JOSEP (1997). *El Património histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona, Ariel.
- BAUDRILLARD, JEAN (2000). *Mots de Passe*, Paris, Pauvert/Fayard.
- BERGERON, LOUIS & DOREL-FERRE (1996). *Le Patrimoine Industriel*, Paris, Liris.
- CHEVALIER, DENIS (1991). «Des savoirs efficaces», *Terrain*, Paris, Março, 16, p. 5-11.
- CHEVALIER, DENIS, coord. (1991). *Savoir faire et pouvoir transmettre*, Cahiers 6, EMSH, Paris.
- CHOAY, FRANÇOISE (1996). *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Seuil.
- CONNERTON, PAUL (1993). *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta.
- CORBAIN, ALAIN (2001). *L'Homme dans le paysage*, Paris, Textuel.
- CORDEIRO, J.M. (2000). «Arqueologia Industrial», *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8º vol., Vila Real/Porto, Adecap.

- CUSTÓDIO, JORGE (1993). «As minas abandonadas do ponto de vista da Arqueologia Mineira e Industrial», *Boletim de Minas*, 30 (2), Lisboa, IGM, p. 73-84.
- HALBWACHS, MAURICE (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel.
- ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL (2002). «Minas de Vale de Gatos, Alto Forno da Siderurgia Nacional, forno de cal da Azinheira: alguns sítios do Património Arqueológico e Industrial do Concelho do Seixal relacionados com a actividade extractiva», *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Lisboa, IGM/SEDPGYM, p. 337-345.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2003). *A irrequietude das pedras. Reflexões e experiências de um arqueólogo*, Porto, Afrontamento.
- KNAPP, B. et alli (1998). *Social approaches to an Industrial Past*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- LIPOVETSKY, GILLES (2004). *les Temps Hypermodernes*, Paris, Grasset.
- MAIROT, PHILIPPE (1991). «Musée et technique», *Terrain*, Paris, Março, 16, p. 131-138.
- MARTINS, ARTUR, & ALVES, HELENA (2003). «2000 anos de Mineração em Aljustrel», Catálogo da Exposição, Aljustrel, Museu/CMA.
- MATOS, JOÃO, OLIVEIRA, VÍTOR OLIVEIRA & ALVES, HELENA (2002). «Património Geológico e Histórico da Mina de S.Domingos», *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Lisboa, IGM/SEDPGYM, p. 517-554.
- MELO, ANA, ARAÚJO & F. ALVES, H. (2002). «The Pre-Historical Bronze Palstave of the "Quarta-Feira" mine», *Metals and Society, Bar – British Archaeological Review*, International series 1061, p. 109-115.
- MOREL, A. & VALLERANT, J. (1984). «Anthropologie Industrielle: recherche en développement», *Terrain*, Paris, Março, 2, p. 3-4.
- NUNES, JOÃO P. AVELÂS E ALVES, HELENA (no prelo) (2005). «Minas e Georecursos», *A Engenharia em Portugal no século XX*, Lisboa, D. Quixote, 2º vol.
- NUNES, JOÃO P. AVELÂS & ALVES, HELENA (2002). «Minas e Georecursos», *O Engenho e a Obra*, Lisboa, D. Quixote, pp. 187-191.
- NUNES, J.P. AVELÂS (2000). «Fontes de informação e documentos de arquivo em Arqueologia Industrial mineira», *Arqueologia e museologia mineiras*, Actas, Lisboa, IGM.
- PELEGRIN, JACQUES (1991). «Les savoirs faire: une très longue histoire», *Terrain*, Paris, Março, 16, p. 106-113.
- POULOT, DOMINIQUE (2001). *Patrimoine et musées*, Paris, Hachette.
- RAMOS, M. JOÃO, coord. (2003). *A Matéria do Património*, Lisboa, Colibri/ ISCTE.
- ROUGERIE, GABRIEL E BEROUTCHACHVILI, NICOLAS (1991). *Géosystèmes et Paysages*, Paris, Armand Colin.
- SCHLANGER, NATHAN (1991). «Le fait technique total», *Terrain*, Paris, Março, 16, p. 114-130.



Fig. 1 – Alj. galeria – interior de uma galeria abandonada, retomada pela natureza. 2000.
(foto cedida pelo Museu Municipal de Aljustrel).

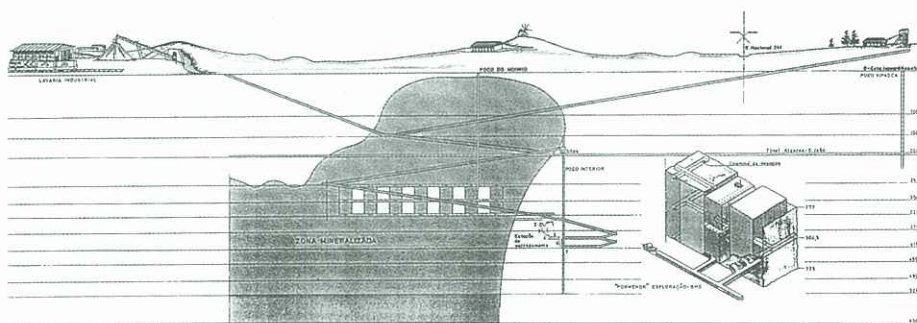


Fig. 2 – Mina bhs2 – esquema de trabalho de superfície e subterrâneo, mostrando a técnica utilizada de desmonte e grandeza comparativa. 1990, PA.
(foto cedida pelo Museu Municipal de Aljustrel).

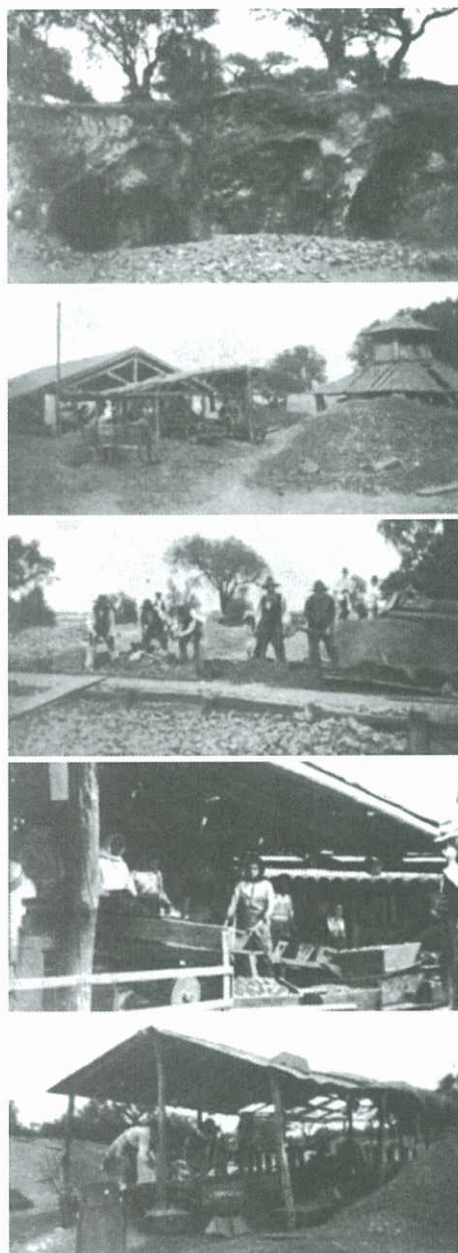


Fig. 3 – Minas – diversas actividades de trabalho superficial mineiro, da triagem à lavagem, usando mão-de-obra masculina e feminina. 1930.
(foto cedida pelo Museu Municipal de Aljustrel).